



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

Aprova as regras de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação do incentivo financeiro para a implantação e custeio de Serviço Residencial Terapêutico (SRT) pactuadas na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.946, de 21 de setembro de 2022, no âmbito da Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- o Anexo V da Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aqueles com

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- o Decreto Estadual nº 42.910, de 26 de setembro de 2002, que contém o Regulamento da Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 12.684, de 1º de dezembro de 1997, que dispõe sobre a promoção da saúde e da reintegração social do portador de sofrimento mental e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.400, de 19 de outubro de 2016, que aprova a Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3767, de 22 de março de 2022, que aprova as diretrizes gerais dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS do Estado de Minas Gerais, que são cofinanciados pela Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e pela Política de Atenção Hospitalar - Valora Minas, no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.946, de 21 de setembro de 2022, aprova o Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde - FES nos termos do Decreto Estadual n.º 45.468/2010;
- a Resolução SES/MG nº 5.461, de 19 de outubro de 2016, que institui a Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, estabelecendo a regulamentação da sua implantação e operacionalização e as diretrizes e normas para a organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no estado de Minas Gerais;
- a Resolução SES/MG nº 7.094, 29 de abril de 2020, que define as regras do processo de acompanhamento dos indicadores previstos em Resoluções Estaduais, institui as Reuniões Temáticas de Acompanhamento e dá outras providências;
- a Resolução CES/MG nº 072, de 14 de dezembro de 2020, que dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais para o quadriênio 2020-2023;
- os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) da Rede de Atenção Psicossocial pactuados para no Plano de Ação da RAPS de 2022;
- o Plano de desinstitucionalização do Estado de Minas Gerais que inclui implantação de Serviços Residenciais Terapêuticos para o processo desinstitucionalização de pacientes moradores do Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz e do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB); e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 291ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de novembro de 2022.

MINUTA CIB



DELIBERA:

Art. 1º - Ficam aprovadas as regras de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação do incentivo financeiro para a implantação e custeio de Serviço Residencial Terapêutico (SRT) pactuadas na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.946, de 21 de setembro de 2022, no âmbito da Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Estado de Minas Gerais, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE
2022 (disponível no site eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

MINUTA CIB



RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre as regras de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação do incentivo financeiro para a implantação e custeio de Serviço Residencial Terapêutico (SRT) pactuadas na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.946, de 21 de setembro de 2022, no âmbito da Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 09 de novembro de 2022, que aprova as regras de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação do incentivo financeiro para a implantação e custeio de Serviço Residencial Terapêutico (SRT) pactuadas na Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.946, de 21 de setembro de 2022, no âmbito da Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer as regras de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação do incentivo financeiro para a implantação e custeio de Serviço Residencial Terapêutico (SRT), no âmbito da Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Estado de Minas Gerais, considerando o Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial.

Parágrafo único - O incentivo financeiro, de origem estadual, será repassado através do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde e deverá ser utilizado pelos beneficiários para custeio dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, conforme objetivo do Programa, em observância ao Decreto nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 2º - Os beneficiários, constantes do Anexo I, foram considerados elegíveis para o incentivo previsto no art.1º desta Resolução de acordo com os serviços pactuados no Plano de Ação da RAPS (PAR) de 2022, conforme Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.946/2022.

Art. 3º - O valor total do incentivo financeiro definido para o exercício de 2022 será de R\$ 4.020.000,00 (quatro milhões e vinte mil reais).

§ 1º - Do montante discriminado no caput deste artigo, R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) deverão ser destinados às despesas de investimento e R\$ 3.480.000,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta mil reais) para despesas de custeio, que ocorrerão por conta das dotações orçamentárias nºs 4291.10.302.158.4456.0001 - 444142 - 10.1, 4291.10.302.158.4456.0001 - 444542 - 10.1, 4291.10.302.158.4456.0001 - 334141 - 10.1 e 4291.10.302.158.4456.0001 - 334541 - 10.1, respectivamente.

§ 2º – No Anexo II constam as demais informações orçamentárias acerca do incentivo financeiro de que trata esta Resolução.

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 4º – O repasse do incentivo financeiro de que trata esta Resolução está condicionado à assinatura de Termo de Compromisso por meio de Sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG).

§ 1º – O instrumento de repasse de que trata o caput deste artigo deverá ser assinado no prazo de 7 (setes) dias, a contar da data de sua disponibilização, facultada à SES a prorrogação do prazo pelo mesmo período.

§ 2º – Expirado o prazo previsto no parágrafo primeiro, o Município deixará de fazer jus ao incentivo e os instrumentos de repasse ficarão bloqueados no sistema para assinatura.

§ 3º – Por motivos excepcionais e devidamente justificados poderá ser aceita assinatura física do Termo de Compromisso.

Art. 5º – O recurso financeiro será repassado de forma pré-fixada e em parcela única do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde em observância ao Decreto nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, ou outro Regulamento que vier a substituí-lo.

Art. 6º – A execução do incentivo financeiro de que trata esta Resolução fica condicionada à elaboração, pelo beneficiário, de Plano de Aplicação de Recursos Financeiros, conforme Anexo III desta Resolução.

§ 1º – O Plano deverá ser enviado por meio de Sistema informatizado para a Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), no prazo de 7 (sete) dias após pactuação, facultada à SES a prorrogação do prazo pelo mesmo período.

§ 2º – O Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros, será avaliado em consonância com as normativas estaduais de transferência e utilização de recursos financeiros pela Diretoria de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (DSMAD/SRAS/SUBSPAS/SES-MG), no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento.

Art. 7º – O prazo para execução do recurso financeiro será de 18 meses, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 8º – Findo o prazo de execução, o Município deverá demonstrar o cumprimento do Plano de Execução dos Recursos, de forma a subsidiar o monitoramento do indicador disposto no Anexo IV desta Resolução.

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 1º – A verificação da adequada aplicação dos recursos ao fim que se destina será realizada mediante a análise do cumprimento da meta estabelecida no Anexo III desta Resolução.

§ 2º – Caso o Município beneficiado não cumpra o prazo de execução do Plano de Aplicação de Recursos, conforme estipulado, deverá restituir ao Fundo Estadual de Saúde o saldo financeiro não executado, acrescido de rendimentos de aplicações financeiras, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após o término da vigência do termo de compromisso, sob pena de bloqueio no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Art. 9º - Os indicadores de monitoramento de desempenho dos beneficiários, de acordo com cada modalidade de serviço, estão previstos no Anexo IV desta Resolução.

Art. 10 - Para viabilizar o monitoramento dos indicadores, os beneficiários deverão preencher e assinar o Atesto Técnico por meio de Sistema informatizado disponibilizado pela Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), conforme modelo constante no Anexo V desta Resolução, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua disponibilização.

§ 1º – Os resultados alcançados pelos beneficiários serão avaliados conforme Resolução SES/MG nº 7.094, de 29 de abril de 2020, ou outro Regulamento que vier a substituí-la, seguindo o cronograma abaixo:

PERÍODO DE MONITORAMENTO DA BASE DE DADOS	APURAÇÃO DOS RESULTADOS	MONITORAMENTO DOS INDICADORES (validação dos resultados + reunião temática de acompanhamento)
Dezembro de 2022 a maio de 2024	junho de 2024	julho a agosto de 2024

§ 2º – Em caso de não cumprimento das metas previstas para cada indicador ou discordância do percentual de desempenho registrado no sistema, o beneficiário poderá solicitar recurso, no momento da validação de resultados, à Reunião Temática de Acompanhamento.

§ 3º – Fica determinada a devolução dos recursos recebidos atualizados monetariamente caso o município não cumpra as metas dos indicadores e/ou não apresente solicitação de recurso no momento da validação de resultados, bem como seu deferimento pela Reunião Temática de Acompanhamento, sobre pena de instauração de tomada de contas especiais em atendimento ao preconizado no art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468 de 13 de setembro de 2010.

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 11 – Após a implantação dos serviços, caberá às Secretarias Municipais de Saúde inserir a proposta no SAIPS visando à habilitação do dispositivo pelo Ministério da Saúde.

Art. 12 – Anualmente, os beneficiários do incentivo financeiro previstos nesta Resolução deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas relativas ao ano anterior no Sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, em conformidade com o Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, e Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou com Regulamento(s) que vier(em) a substituí-lo(s).

Art. 13 – Os Beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES), conforme preconiza o art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

§ 1º – Constatadas irregularidades no cumprimento do termo, o processo será baixado em diligência pela SES, sendo fixado prazo de trinta dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

§ 2º – O ente federado deverá manter os documentos relacionados ao Termo de Compromisso pelo prazo de dez anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.

§ 3º - As demais disposições contidas no Decreto Estadual nº 45.468/2010, na Resolução SES/MG nº 4.606/2014 e Resolução SES/MG nº 7.094/2020, deverão ser observadas.

§ 4º - Demais orientações acerca do processo de Prestação de Contas será objeto de Nota Técnica específica.

14 - Excepcionalmente caberá à Superintendência Regional de Saúde e ao Município de Contagem providenciarem a realização da pactuação em CIB Macro da implantação dos serviços, inclusive Ad Referendum, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução, prazo prorrogável pelo mesmo período.

Art. 15 – Os prazos mencionados nesta Resolução serão contados em dias corridos.

Art. 16 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINUTA CIB



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**

**ANEXOS I, II, III, IV E V DA RESOLUÇÃO SES/MG N° , DE 09 DE NOVEMBRO DE
2022 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).**

MINUTA CIB



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

BENEFICIÁRIOS

Município	Serviço	Quantidade	Valor Custeio	Valor Investimento	Valor Total
Além Paraíba	SRT II	1	R\$ 240.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 270.000,00
Alpinópolis	SRT II	1	R\$ 240.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 270.000,00
Astolfo Dutra	SRT I	1	R\$ 120.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 150.000,00
Carangola	SRT II	1	R\$ 240.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 270.000,00
Contagem	SRT II	3	R\$ 720.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 810.000,00
Ipatinga	SRT II	1	R\$ 240.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 270.000,00
Itabira	SRT II	1	R\$ 240.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 270.000,00
Janaúba	SRT I	1	R\$ 120.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 150.000,00
Manhumirim	SRT I	1	R\$ 120.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 150.000,00
Ponte Nova	SRT I	1	R\$ 120.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 150.000,00
Ribeirão das Neves	SRT I	1	R\$ 120.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 150.000,00
São Sebastião do Paraíso	SRT II	1	R\$ 240.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 270.000,00
Taiobeiras	SRT I	1	R\$ 120.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 150.000,00
Uberaba	SRT II	2	R\$ 480.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 540.000,00
Viçosa	SRT I	1	R\$ 120.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 150.000,00
	TOTAL	18	R\$ 3.480.000,00	R\$ 540.000,00	R\$ 4.020.000,00

MINUTA CIB



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- Dotação orçamentária de Custeio: 4291.10.302.158.4456.0001 - 444142 - 10.1, 4291.10.302.158.4456.0001 - 444542 - 10.1
- Dotação orçamentária de Investimento: 4291.10.302.158.4456.0001 - 334141 - 10.1 e 4291.10.302.158.4456.0001 - 334541 - 10.1
- Fonte: Tesouro Estadual
- Unidade Executora: 1320074

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA (ATUALIZADO EM 06/01/2020)

CATEGORIAS ECONÔMICAS (Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964)

I - CUSTEIO Despesas Correntes: classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

II - GRUPOS DE DESPESA Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

III – INVESTIMENTO Despesa de Capital - Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

IV - GRUPO DE DESPESA Investimento - Despesas com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

MINUTA CIB



ANEXO III RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. Programação Financeira:

O Município de _____ recebeu os seguintes recursos financeiros.

Recurso Total do Projeto: _____	Valor Total: _____
Objeto: Implantação e custeio de Serviço Residencial Terapêutico (SRT)	Valor com Rendimento: _____

1.1 Relação das ações a serem executadas com a utilização dos recursos para implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT):

AÇÕES:

1.2 Especificações:

Etapas	Objeto	Prazo de Execução		Valor (R\$)	Classificação: implantação ou custeio	Finalidade
		Início	Término			
Etapas						
Etapas 1						
Etapas 2						
TOTAL:						

Local e Data:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Assinatura e carimbo do (a) Prefeito (a) Municipal:

CI: _____ Órgão expedidor: _____ CPF: _____

Assinatura e carimbo do (a) Gestor (a) do SUS Municipal:

CI: _____ Órgão expedidor: _____ CPF: _____

MINUTA CIB



ANEXO IV DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

INDICADOR PARA ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DO
INCENTIVO PARA IMPLANTAÇÃO DE SRT

I – AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO:

Indicador: Taxa de execução do Plano de Aplicação de Recursos

Descrição: O indicador expressa o percentual de execução do Plano de Aplicação de Recursos e será utilizado para comprovar implantação dos SRT. Será avaliado o número de ações pactuadas em relação ao número de ações executadas.

Meta: 100 %

Unidade de Medida: Percentual.

Fonte: Oficial-SRAS

Forma de cálculo:

$$\frac{\text{nº de ações executadas} * 100}{\text{nº ações pactuadas}}$$

Periodicidade de avaliação: única, 18 meses.

Polaridade: Maior melhor.



ANEXO V DA RESOLUÇÃO SES/MG N° , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

ATESTO TÉCNICO

De acordo com a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas das redes do sistema único de saúde, a Deliberação CIB-SUS/MG N° 2.400 de 19 de outubro de 2016 que aprova a Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas de Minas Gerais PESMAD-MG e a Deliberação CIB-SUS/MG N°3.767, de 22 de março de 2022 que aprova as diretrizes gerais dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS do Estado de Minas Gerais, que são cofinanciados pela Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e pela Política de Atenção Hospitalar - Valora Minas eu, < _____> , portador do CPF _____ , carteira de identidade _____, representante legal do FMS _____, CNPJ _____, atesto que os serviços abaixo relacionados apresentaram o cumprimento dos indicadores previstos no Anexo IV da Resolução SES/MG N° ____/2022, conforme preenchimento.

Apuração de Resultados dos Indicadores			
Serviço	CNES	Endereço	Dezembro 2023

_____, ____/____/____

<Local e Data>

Orientações de preenchimento importantes:

a) Para os Serviços Residenciais Terapêutico I (SRT I) que não possuem o CNES deve ser informado o CNES do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) vinculado.

MINUTA CIB